

NCF Participações S.A.

CNPJ 04.233.319/0001-18
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Cidade de Deus, Osasco, 26 de março de 2015.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais				
	2014	2013	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
ATIVO			2014	2013
CIRCULANTE	281.562	185.847	982.853	1.766.049
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5).....	96.433	46.633	11	2.927
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos a Receber (Nota 15a).....	147.307	107.877	11.430	41.265
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 16d).....	32.612	31.337	-	1.055.656
Créditos Tributários (Nota 16c).....	5.210	-	971.412	666.201
NÃO CIRCULANTE	8.527.819	8.039.257	1.377.436	631.165
Realizável a Longo Prazo	189.639	227.151		
Empréstimos e Recebíveis (Nota 6).....	-	100.445	1.177	392
Créditos Tributários (Nota 16c).....	54.236	45.096	51.681	29.240
Depósitos Judiciais.....	39.117	22.202	6.449.092	5.827.890
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 16d).....	96.286	59.408	4.299.354	4.269.354
Investimentos (Nota 7)	5.112.928	4.586.854	2.008.561	1.476.095
Intangível (Nota 8)	3.225.252	3.225.252	141.177	82.441
TOTAL	8.809.381	8.225.104	8.809.381	8.225.104

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	524.251	466.314
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 7).....	774.320	632.529
Resultado na Alienação de Investimentos.....	-	29.390
Resultado com Ativos/Passivos Financeiros (Nota 14).....	(216.515)	(177.143)
Despesas Tributárias (Nota 12).....	(33.024)	(17.835)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 13).....	(530)	(627)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	524.251	466.314
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 16)	13.565	3.669
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	537.816	469.983
Lucro básico por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas (expresso em R\$ por ação) (Nota 11b)		
Lucro básico por ação atribuível aos acionistas (Nota 11b).....	0,25	0,22

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais						
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros Legal	Reservas de Lucros Estatutária	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2012	4.019.189	74.821	968.591	459.560	-	5.522.161
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	469.983	469.983
Ajuste de Avaliação Patrimonial Reflexa.....	-	-	-	(377.119)	-	(377.119)
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	92.864
Aumento do Capital Social por Subscrição de Ações.....	250.165	-	-	-	-	250.165
Destinações: - Reservas.....	-	23.499	409.184	-	(432.683)	-
- Juros sobre o Capital Próprio Pagos.....	-	-	-	-	(37.300)	(37.300)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	4.269.354	98.320	1.377.775	82.441	-	5.827.890
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	537.816	537.816
Ajuste de Avaliação Patrimonial Reflexa.....	-	-	-	58.736	-	58.736
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	596.552
Aumento do Capital Social por Subscrição de Ações.....	30.000	-	-	-	-	30.000
Destinações: - Reservas.....	-	26.891	505.575	-	(532.466)	-
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	-	(5.350)	(5.350)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	4.299.354	125.211	1.883.350	141.177	-	6.449.092

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais				
	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2014	2013		
Lucro Líquido	537.816	469.983		
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	58.736	(377.119)		
Total do Resultado Abrangente	596.552	92.864		

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais				
	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2014	2013		
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:				
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	524.251	466.314		
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:				
Resultado de Equivalência Patrimonial.....	(774.320)	(632.529)		
Resultado na Alienação de Investimentos.....	-	(29.390)		
Juros, Variações Monetárias, Cambiais Líquidas e Outros.....	223.854	188.180		
Provisão para Obrigações Legais.....	18.505	28.084		
Lucro Líquido Ajustado	(7.710)	20.659		
Aumento/(Redução) em Ativos.....	85.376	(124.170)		
Aumento/(Redução) em Obrigações.....	11.171	(10.322)		
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades Operacionais	88.837	(113.833)		
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:				
Alienação de Investimentos.....	-	196.438		
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos.....	236.190	218.539		
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Investimentos	236.190	414.977		
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:				
Liquidação de Debêntures.....	(1.080.942)	(850.238)		
Contrato de Mútuo.....	592.900	-		
Aumento de Capital.....	30.000	250.165		
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.....	218.000	196.000		
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Pagos.....	(35.185)	(3.952)		
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos	(275.227)	(408.025)		
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	49.800	(106.881)		
Início do Exercício.....	46.633	153.514		
Fim do Exercício.....	96.433	46.633		
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	49.800	(106.881)		

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais				
--	--	--	--	--

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A NCF Participações S.A. (a "Companhia") é uma empresa que tem por objetivo a participação no capital de outras sociedades, e a realização de aplicações em títulos e valores mobiliários.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2015.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, que incluem os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), para a contabilização das operações, associadas, quando aplicáveis.

As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo e são representados por disponibilidades e aplicações em fundos de investimento, e apresentem riscos insignificantes de mudança de valor justo e são prontamente conversíveis em dinheiro. A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 5.

c) Instrumentos financeiros

(i) Classificação dos ativos financeiros

Empréstimos e Recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado. Utilizando o método da taxa efetiva de juros, estão apresentados na Nota 6.

(ii) Classificação por nível hierárquico

Os ativos financeiros, foram classificados no nível 2 da hierarquia do CPC 40, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados que são observáveis no mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos.

d) Investimentos

Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a empresa e suas coligadas e controladas são eliminados na medida da participação da empresa e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido. A composição dos investimentos em coligadas e controladas estão apresentados na Nota 7.

e) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis são compostos por itens não monetários, sem substância física e separadamente identificáveis. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados durante sua vida útil econômica estimada, que não ultrapassa 20 anos. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados.

Na data de cada exercício social, os ativos intangíveis são testados para detectar indícios de redução ao seu valor recuperável ou mudanças nos benefícios econômicos futuros estimados. Caso existam tais indícios, os ativos intangíveis são analisados para avaliar se seu valor contábil pode ser recuperado por completo. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil exceder o valor recuperável.

Ágio (Goodwill)

O ágio é originado no processo de aquisição de coligadas e controladas.

O ágio representa o excesso do custo de aquisição, em razão da participação da Companhia, sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma coligada ou controlada na data da aquisição. O ágio originado na aquisição de controladas é reconhecido em "Ativos Intangíveis" e o ágio da aquisição de coligadas é incluído no valor dos investimentos de coligadas. A composição dos ativos intangíveis encontra-se na Nota 8.

f) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

A Companhia avalia, a cada fim de período, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e esta podendo ser estimada de maneira confiável, reconhece no resultado a perda por *impairment*. Nos exercícios de 2014 e de 2013, não houve perda por *impairment*.

g) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela conformidade da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

7) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na rubrica de "Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a R\$ 774.320 (2013 - R\$ 632.529).

b) A composição dos Investimentos está demonstrada a seguir:

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado ajustado	Quantidade de ações possuídas (em mil)		Participação no capital social %	Investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (2)	
				ON	PN		31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Banco Bradesco S.A. (1) (3).....	38.100.000	82.465.756	15.314.943	172.433	45.861	5,19	4.278.727	3.743.672	767.804	639.230
Bradespar S.A. (1) (3).....	4.100.000	8.937.995	101.483	30.388	2.236	9,33	834.201	843.182	6.516	(6.701)
Total							5.112.928	4.586.854	774.320	632.529

(1) Dados relativos às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2014;

(2) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados pelas companhias, a partir da aquisição e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como ajustes na avaliação de práticas contábeis, quando aplicáveis; e

(3) As demonstrações contábeis de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, base para o cálculo de equivalência patrimonial, do Banco Bradesco S.A. e Bradespar S.A. foram divulgadas em 31 de março de 2015 e em 19 de março de 2015, respectivamente.

NCF Participações S.A.

CNPJ 04.233.319/0001-18
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

8) INTANGÍVEL

O intangível corresponde ao ágio de R\$ 3.225.252 (2013 - R\$ 3.225.252), fundamentado na mais-valia das ações, que é a diferença entre o valor das ações e o respectivo valor contábil, sendo decorrente de ações do Banco Bradesco S.A. R\$ 2.731.047 (2013 - R\$ 2.731.047) e da Bradespar S.A. R\$ 494.205 (2013 - R\$ 494.205), os testes de recuperabilidade dos ativos (*impairment*) são feitos anualmente, não havendo perda a ser reconhecida.

9) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais

A Companhia é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. O principal processo refere-se a não inclusão, na base de cálculo da Cofins, dos Juros sobre o Capital Próprio recebidos da investida. A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

I - Movimentação das provisões

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
No início do período	29.240	-
Constituição.....	19.340	28.085
Atualizações monetárias.....	3.101	1.155
No final do período	51.681	29.240

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periódicamente, são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivado, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Em 2014 e 2013, não há processos contingentes avaliados com risco de perda possível.

10) OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Circulante		
Adiantamento para futuro aumento de capital (1).....	971.337	666.112
Outras contas a pagar.....	75	89
Total	971.412	666.201
Não circulante		
Contratos de mútuo (2).....	1.324.578	601.533
Total	1.324.578	601.533

(1) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, acrescido da variação da taxa SELIC; e
(2) Contratos de Mútuo, acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI, com vencimento para março de 2016.

11) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Ordinárias.....	1.128.471.523	1.122.639.683
Preferenciais.....	1.005.739.284	1.000.541.712
Total	2.134.210.807	2.123.181.395

Em Assembleia Geral Extraordinária, de 7 de março de 2014, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 30.000, mediante a emissão de 11.029.412 novas ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 5.831.840 ordinárias, e 5.197.572 preferenciais.

b) Lucro por ação básico

O cálculo do lucro por ação básico, em 31 de dezembro de 2014, foi de R\$ 0,25 (2013 - R\$ 0,22), baseado na quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, conforme cálculos a seguir:

	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores.....	537.816	469.983
Número médio ponderado de ações em circulação (milhares).....	2.131.453	2.100.214
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas da Companhia (em Reais)	0,25	0,22

c) Reservas de lucros

(i) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social; e

(ii) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado.

d) Juros sobre o capital próprio e dividendos

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei societária.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio/dividendos relativos ao exercício de 2014 está demonstrado a seguir:

	R\$ mil		% (1)
	2014	2013	
Lucro líquido do exercício.....	537.816	469.983	
Reserva legal.....	(26.891)		
Base de cálculo	510.925		
Total geral dos dividendos propostos em 2014	5.350		1,0
Total geral dos juros sobre o capital próprio (líquido) em 2013 (2)	35.185		7,9

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio/dividendos sobre a base de cálculo; e
(2) Em reunião da Diretoria, realizada em 23 de dezembro de 2013, deliberou-se aprovar o pagamento de juros sobre o capital próprio, no valor total de R\$ 37.300.

12) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
COFINS.....	15.890	14.652
PIS.....	3.450	3.181
Outros (1).....	13.684	2
Total	33.024	17.835

(1) Inclui, basicamente, o IOF do contrato de mútuo firmado em março de 2014, com a Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações S.A.

13) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
Editais e publicações.....	136	162
Serviços Prestados - PJ.....	280	105
Outras.....	114	360
Total	530	627

14) RESULTADO COM ATIVOS/PASSIVOS FINANCEIROS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
Juros passivos, líquidos dos juros ativos (1).....	(223.020)	(189.088)
Rendimento de aplicação financeira em fundos de investimentos.....	4.984	10.485
Rendimento de aplicação financeira em debêntures.....	1.521	1.460
Total	(216.515)	(177.143)

(1) Inclui, basicamente, juros sobre debêntures, no montante R\$ 25.286 (2013 - R\$ 100.226); atualização de contratos de mútuo, no montante de R\$ 118.806 (2013 - R\$ 44.833); e atualização do adiantamento para futuro aumento de capital, no montante de R\$ 87.224 (2013 - R\$ 48.267).

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da

NCF Participações S.A.

Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da NCF Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avalia-

15) PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro			
	2014		2013	
	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)
Bancos:				
Banco Bradesco S.A.	11	-	11	-
Aplicações financeiras:				
Debêntures - Bradesco Leasing S.A.	-	1.521	100.445	1.460
Juros sobre o capital próprio e dividendos - a receber/ (pagar):				
Bradespar S.A.	-	27.178	-	29.384
Banco Bradesco S.A.	147.307	181.902	107.877	163.410
Fundação Bradesco.....	(9.407)	-	(29.277)	-
Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações.....	(2.019)	-	(11.964)	-
Nova Cidade de Deus Participações S.A.	(4)	-	(24)	-
Outras obrigações:				
Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações (1)	(2.295.915)	(206.030)	(1.267.645)	(93.100)

(1) Refere-se basicamente, a contrato de mútuo.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os Administradores não recebem qualquer remuneração pelos cargos que ocupam nos órgãos da Companhia.

16) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social)	524.251	466.314
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.....	(178.245)	(158.547)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em controladas, tributadas nas empresas correspondentes.....	263.269	215.060
Juros sobre o capital próprio recebidos e a receber.....	(71.087)	(65.550)
Juros sobre capital próprio a pagar.....	-	12.682
Outros valores.....	(372)	24
Imposto de renda e contribuição social do exercício	13.565	3.669

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(785)	(423)
Impostos diferidos:		
Constituição/(realização) no exercício, sobre adições temporárias.....	6.571	(1)
Utilização no exercício de prejuízo fiscal e base negativa.....	7.779	4.093
Imposto de renda e contribuição social do exercício	13.565	3.669

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	2013		2014	
	Constituição	Realização	2013	2014
Provisão para contingência fiscal.....	9.549	6.575	-	16.124
Outras.....	30	26	30	26
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	9.579	6.601	30	16.150
Prejuízo fiscal/base negativa da contribuição social.....	35.517	7.779	-	43.296
Total dos créditos tributários	45.096	14.380	30	59.446
Obrigações fiscais diferidas.....	392	785	-	1.177
Total dos créditos tributários, líquido das obrigações fiscais diferidas	44.704	13.595	30	58.269

Há perspectiva de realização dos créditos tributários em até 5 anos.

d) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar, no ativo circulante, no montante de R\$ 32.612 (2013 - R\$ 31.337) e no ativo não circulante, no montante de R\$ 96.286 (2013 - R\$ 59.408), referem-se ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, juros sobre o capital próprio e imposto de renda de exercícios anteriores.

e) Impostos e contribuições a recolher

Impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 11 (2013 - R\$ 2.927) refere-se, basicamente a IRRF e PIS/COFINS sobre serviços prestados a recolher.

17) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia, não possuía contingências cíveis e trabalhistas classificadas como prováveis e possíveis, que deveriam ser provisionadas ou divulgadas, respectivamente, em 2014 e 2013;

b) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2014 e 2013;

c) Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973/14, que converteu a Medida Provisória nº 627/13. Essa Lei altera a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Destacamos os principais assuntos que a Lei nº 12.973/14 dispõe:

- a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
- o parcelamento especial de Contribuição para o PIS/Pasep e à Cofins.

A referida Lei foi regulamentada através das Instruções Normativas nºs 1.515/14 e 1.520/14. Em nossa avaliação, não haverá impactos relevantes futuros em nossas Demonstrações Contábeis.

d) Em 2013, os Passivos Financeiros no montante de R\$ 1.055.656 representado pela emissão de Debêntures, com vencimento em maio de 2014, com remuneração equivalente a 107,0% da variação acumulada da Taxa DI, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis. Em 26 de maio de 2014, ocorreu a liquidação dessas Debêntures, correspondentes ao montante de R\$ 1.080.942.

e) Em 01 de abril de 2015, foi publicada o Decreto nº 8.426 que restabelece, a partir de 01 de julho de 2015, as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP (0,65%) e da COFINS (4,00%) incidentes sobre receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa das referidas contribuições.

f) Não há eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2014.

DIRETORIA

Diretor-Presidente	Diretores	
Lázaro de Mello Brandão	Antônio Bornia	Aurélio Conrado Boni
	Mário da Silveira Teixeira Júnior	Sérgio Alexandre Figueiredo Clemente
Diretor Vice-Presidente	Carlos Alberto Rodrigues Guilherme	Marco Antonio Rossi
Luiz Carlos Trabuco Cappi	Milton Matsumoto	Alexandre da Silva Glüher
	José Alcides Munhoz	Josué Augusto Pancini
	Domingos Figueiredo de Abreu	Maurício Machado de Minas

Marcos Aparecido Galende
Contador - CRC 1SP201309/O-5

Osasco, 23 de abril de 2015



KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP028567/O-1 F SP

José Claudio Costa
Contador CRC 1SP167720/O-1

NCF Participações S.A.

CNPJ 04.233.319/0001-18
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Cidade de Deus, Osasco, 26 de março de 2015.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais					
	2014	2013		2014	2013
ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTE	281.562	185.847	CIRCULANTE	982.853	1.766.049
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5).....	96.433	46.633	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 16e).....	11	2.927
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos a Receber (Nota 15a).....	147.307	107.877	Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos a Pagar (Nota 11d).....	11.430	41.265
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 16d).....	32.612	31.337	Passivos Financeiros (Nota 17).....	-	1.055.656
Créditos Tributários (Nota 16c).....	5.210	-	Outras Obrigações (Nota 10).....	971.412	666.201
NÃO CIRCULANTE	8.527.819	8.039.257	NÃO CIRCULANTE	1.377.436	631.165
Realizável a Longo Prazo	189.639	227.151	Provisão para Impostos e Contribuições.....	1.177	392
Empréstimos e Recebíveis (Nota 6).....	-	100.445	Provisão para Contingências (Nota 9).....	51.681	29.240
Créditos Tributários (Nota 16c).....	54.236	45.096	Outras Obrigações (Nota 10).....	1.324.578	601.533
Depósitos Judiciais.....	39.117	22.202	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.449.092	5.827.890
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 16d).....	96.286	59.408	Capital Social (Nota 11a).....	4.299.354	4.269.354
Investimentos (Nota 7)	5.112.928	4.586.854	Reservas de Lucros (Nota 11c).....	2.008.561	1.476.095
Intangível (Nota 8)	3.225.252	3.225.252	Outros Resultados Abrangentes.....	141.177	82.441
TOTAL	8.809.381	8.225.104	TOTAL	8.809.381	8.225.104

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais					
	Exercícios findos em 31 de dezembro			Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013		2014	2013
RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	524.251	466.314			
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 7).....	774.320	632.529			
Resultado na Alienação de Investimentos.....	-	29.390			
Resultado com Ativos/Passivos Financeiros (Nota 14).....	(216.515)	(177.143)			
Despesas Tributárias (Nota 12).....	(33.024)	(17.835)			
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 13).....	(530)	(627)			
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	524.251	466.314			
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 16)	13.565	3.669			
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	537.816	469.983			
Lucro básico por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas (expresso em R\$ por ação) (Nota 11b)					
Lucro básico por ação atribuível aos acionistas (Nota 11b).....	0,25	0,22			

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais						
Eventos	Capital Social		Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados
	Legal	Estatutária	Legal	Estatutária		
Saldos em 31 de dezembro de 2012	4.019.189	74.821	968.591	459.560	-	5.522.161
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	469.983	-	469.983
Ajuste de Avaliação Patrimonial Reflexa.....	-	-	(377.119)	-	(377.119)	-
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	92.864
Aumento do Capital Social por Subscrição de Ações.....	250.165	-	-	-	-	250.165
Destinações: - Reservas.....	-	23.499	409.184	(432.683)	-	-
- Juros sobre o Capital Próprio Pagos.....	-	-	-	(37.300)	(37.300)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	4.269.354	98.320	1.377.775	82.441	-	5.827.890
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	537.816	-	537.816
Ajuste de Avaliação Patrimonial Reflexa.....	-	-	58.736	-	58.736	-
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	596.552
Aumento do Capital Social por Subscrição de Ações.....	30.000	-	-	-	-	30.000
Destinações: - Reservas.....	-	26.891	505.575	(532.466)	-	-
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	(5.350)	(5.350)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	4.299.354	125.211	1.883.350	141.177	-	6.449.092

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais						
--	--	--	--	--	--	--

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A NCF Participações S.A. (a "Companhia") é uma empresa que tem por objetivo a participação no capital de outras sociedades, e a realização de aplicações em títulos e valores mobiliários.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2015.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, que incluem os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), para a contabilização das operações, associadas, quando aplicáveis.

As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo e são representados por disponibilidades e aplicações em fundos de investimento, e apresentam riscos insignificantes de mudança de valor justo e são prontamente conversíveis em dinheiro. A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 5.

c) Instrumentos financeiros

(i) Classificação dos ativos financeiros

Empréstimos e Recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado. Utilizando o método da taxa efetiva de juros, estão apresentados na Nota 6.

(ii) Classificação por nível hierárquico

Os ativos financeiros, foram classificados no nível 2 da hierarquia do CPC 40, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados que são observáveis no mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos.

d) Investimentos

Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a empresa e suas coligadas e controladas são eliminados na medida da participação da empresa e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido. A composição dos investimentos em coligadas e controladas estão apresentados na Nota 7.

e) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis são compostos por itens não monetários, sem substância física e separadamente identificáveis. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados durante sua vida útil econômica estimada, que não ultrapassa 20 anos. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados. Na data de cada exercício social, os ativos intangíveis são testados para detectar indícios de redução ao seu valor recuperável ou mudanças nos benefícios econômicos futuros estimados. Caso existam tais indícios, os ativos intangíveis são analisados para avaliar se seu valor contábil pode ser recuperado por completo. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil exceder o valor recuperável.

Ágio (Goodwill)

O ágio é originado no processo de aquisição de coligadas e controladas.

O ágio representa o excesso do custo de aquisição, em razão da participação da Companhia, sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma coligada ou controlada na data da aquisição. O ágio originado na aquisição de controladas é reconhecido em "Ativos Intangíveis" e o ágio da aquisição de coligadas é incluído no valor dos investimentos de coligadas. A composição dos ativos intangíveis encontra-se na Nota 8.

f) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

A Companhia avalia, a cada fim de período, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e esta podendo ser estimada de maneira confiável, reconhece no resultado a perda por *impairment*. Nos exercícios de 2014 e de 2013, não houve perda por *impairment*.

g) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

7) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na rubrica de "Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a R\$ 774.320 (2013 - R\$ 632.529).

b) A composição dos Investimentos está demonstrada a seguir:

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado		Resultado ajustado	Quantidade de ações possuídas (em mil)		Participação no capital social %	Investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (2)	
		ON	PN		31.12.2014	31.12.2013		31.12.2014	31.12.2013		
										31.12.2014	31.12.2013
Banco Bradesco S.A. (1) (3).....	38.100.000	82.465.756	15.314.943	172.433	45.961	5,19	4.278.727	3.743.672	767.804	639.230	
Bradespar S.A. (1) (3).....	4.100.000	8.937.995	101.483	30.388	2.236	9,33	834.201	843.182	6.516	(6.701)	
Total							5.112.928	4.586.854	774.320	632.529	

(1) Dados relativos às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2014;

(2) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados pelas companhias, a partir da aquisição e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como ajustes na avaliação de práticas contábeis, quando aplicáveis; e

(3) As demonstrações contábeis de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, base para o cálculo de equivalência patrimonial, do Banco Bradesco S.A. e Bradespar S.A. foram divulgadas em 31 de março de 2015 e em 19 de março de 2013, respectivamente.

8) INTANGÍVEL

O intangível corresponde ao ágio de R\$ 3.225.252 (2013 - R\$ 3.225.252), fundamentado na mais-valia das ações, que é a diferença entre o valor das ações e o respectivo valor contábil, sendo decorrente de ações do Banco Bradesco S.A. R\$ 2.731.047 (2013 - R\$ 2.731.047) e da Bradespar S.A. R\$ 494.205 (2013 - R\$ 494.205), os testes de recuperabilidade dos ativos (*impairment*) são feitos anualmente, não havendo perda a ser reconhecida.

9) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais

A Companhia é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. O principal processo refere-se a não inclusão, na base de cálculo da Cofins, dos Juros sobre o Capital Próprio recebidos da investida. A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

I - Movimentação das provisões

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
No início do período	29.240	-
Constituição.....	19.340	28.085
Atualizações monetárias.....	3.101	1.155
No final do período	51.681	29.240

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de sucesso. Periodicamente, são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivado, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Em 2014 e 2013, não há processos contingentes avaliados como risco de perda possível.

10) OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Circulante		
Adiantamento para futuro aumento de capital (1).....	971.337	666.112
Outras contas a pagar.....	75	89
Total	971.412	666.201
Não circulante		
Contratos de mútuo (2).....	1.324.578	601.533
Total	1.324.578	601.533

(1) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, acrescido da variação da taxa SELIC; e

(2) Contratos de Mútuo, acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI, com vencimento para março de 2016.

11) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Ordinárias.....	1.128.471.523	1.122.639.683
Preferenciais.....	1.005.739.284	1.000.541.712
Total	2.134.210.807	2.123.181.395

Em Assembleia Geral Extraordinária, de 7 de março de 2014, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 30.000, mediante a emissão de 11.029.412 novas ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 5.831.840 ordinárias, e 5.197.572 preferenciais.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais					
	Exercícios findos em 31 de dezembro			Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013		2014	2013
Lucro Líquido	537.816	469.983			
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	58.736	(377.119)			
Total do Resultado Abrangente	596.552	92.864			

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais					
	Exercícios findos em 31 de dezembro			Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013		2014	2013

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:					
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	524.251	466.314			
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:					
Resultado de Equivalência Patrimonial.....	(774.320)	(632.529)			
Resultado na Alienação de Investimentos.....	-	(29.390)			
Juros, Variações Monetárias, Cambiais Líquidas e Outros.....	223.854	188.180			
Provisão para Obrigações Legais.....	18.505	28.084			
Lucro Líquido Ajustado	(7.710)	20.659			
Aumento/(Redução) em Ativos.....	85.376	(124.170)			

NCF Participações S.A.

CNPJ 04.233.319/0001-18
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

15) PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	2014		Em 31 de dezembro 2013	
	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)
Bancos:				
Banco Bradesco S.A.	11	-	11	-
Aplicações financeiras:				
Debêntures - Bradesco Leasing S.A.	-	1.521	100.445	1.460
Juros sobre o capital próprio e dividendos - a receber(pagar):				
Bradespar S.A.	-	27.178	-	29.384
Banco Bradesco S.A.	147.307	181.902	107.877	163.410
Fundação Bradesco	(9.407)	-	(29.277)	-
Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações.....	(2.019)	-	(11.964)	-
Nova Cidade de Deus Participações S.A.	(4)	-	(24)	-
Outras obrigações:				
Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações (1)	(2.295.915)	(206.030)	(1.267.645)	(93.100)

(1) Refere-se basicamente, a contrato de mútuo.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os Administradores não recebem qualquer remuneração pelos cargos que ocupam nos órgãos da Companhia.

16) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social)	524.251	466.314
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(178.245)	(158.547)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em controladas, tributadas nas empresas correspondentes	263.269	215.060
Juros sobre o capital próprio recebidos e a receber	(71.087)	(65.550)
Juros sobre capital próprio a pagar	-	12.682
Outros valores	(372)	24
Imposto de renda e contribuição social do exercício	13.565	3.669

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(785)	(423)
Impostos diferidos:		
Constituição/(realização) no exercício, sobre adições temporárias.....	6.571	(1)
Utilização no exercício de prejuízo fiscal e base negativa.....	7.779	4.093
Imposto de renda e contribuição social do exercício	13.565	3.669

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	2013	Constituição	Realização	2014
Provisão para contingência fiscal	9.549	6.575	-	16.124
Outras	30	26	30	26
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias.....	9.579	6.601	30	16.150
Prejuízo fiscal/base negativa da contribuição social	35.517	7.779	-	43.296
Total dos créditos tributários	45.096	14.380	30	59.446
Obrigações fiscais diferidas.....	392	785	-	1.177
Total dos créditos tributários, líquido das obrigações fiscais diferidas.....	44.704	13.595	30	58.269

Há perspectiva de realização dos créditos tributários em até 5 anos.

d) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar, no ativo circulante, no montante de R\$ 32.612 (2013 - R\$ 31.337) e no ativo não circulante, no montante de R\$ 96.286 (2013 - R\$ 59.408), referem-se ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, juros sobre o capital próprio e imposto de renda de exercícios anteriores.

e) Impostos e contribuições a recolher

Impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 11 (2013 - R\$ 2.927) refere-se, basicamente a IRRF e PIS/COFINS sobre serviços prestados a recolher.

17) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia, não possuía contingências cíveis e trabalhistas classificadas como prováveis e possíveis, que deveriam ser provisionadas ou divulgadas, respectivamente, em 2014 e 2013;

b) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2014 e 2013;

c) Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973/14, que converteu a Medida Provisória nº 627/13. Essa Lei altera a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Destacamos os principais assuntos que a Lei nº 12.973/14 dispõe:

- a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
- o parcelamento especial de Contribuição para o PIS/Pasep e à Cofins.

A referida Lei foi regulamentada através das Instruções Normativas nºs 1.515/14 e 1.520/14. Em nossa avaliação, não haverá impactos relevantes futuros em nossas Demonstrações Contábeis.

d) Em 2013, os Passivos Financeiros no montante de R\$ 1.055.656 representado pela emissão de Debêntures, com vencimento em maio de 2014, com remuneração equivalente a 107,0% da variação acumulada da Taxa DI, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis. Em 26 de maio de 2014, ocorreu a liquidação dessas Debêntures, correspondentes ao montante de R\$ 1.080.942.

e) Em 01 de abril de 2015, foi publicada o Decreto nº 8.426 que restabelece, a partir de 01 de julho de 2015, as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP (0,65%) e da COFINS (4,00%) incidentes sobre receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa das referidas contribuições.

f) Não há eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2014.

DIRETORIA

Diretor-Presidente Lázaro de Mello Brandão	Diretores Antônio Borna Mário da Silveira Teixeira Júnior Carlos Alberto Rodrigues Guilherme Milton Matsumoto José Alcides Munhoz Domingos Figueiredo de Abreu	Aurélio Conrado Boni Sérgio Alexandre Figueiredo Clemente Marco Antonio Rossi Alexandre da Silva Glüher José Augusto Pancini Maurício Machado de Minas	Marcos Aparecido Galende Contador - CRC 1SP201309/O-5
--	---	---	--

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da

NCF Participações S.A.

Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da NCF Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante

nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da NCF Participações S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Osasco, 23 de abril de 2015

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

José Claudio Costa
Contador CRC 1SP167720/O-1